

Estudo Técnico Preliminar 3/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 08230.000527/2022-56

2. Descrição da necessidade

2.1. As contratações dos serviços de transporte de mobiliário da SR/PF/AL finalizaram a vigência em março de 2022 e não serão prorrogadas, conforme noticiado pela Gestão de Contratos - GESCON do órgão.

2.2. O objeto em questão visa atender as demandas de transporte de bens da SR/PF/AL, quando das necessidades de transporte de bagagens e mobiliário dos servidores removidos para fora de seu domicílio em caráter permanente, para exercício de suas funções nas diversas unidades do Órgão em todo território nacional, de acordo com o interesse da Administração.

2.2.1. É direto do servidor removido no interesse da Administração ter as despesas com o transporte de mobiliário custeados pelo órgão, conforme dispõem a Lei nº 8.112/90 (arts. 53/57) e Decreto nº 4.004/01.

2.3 Eventualmente, a Administração também demanda ao serviço de logística o transporte bens móveis de uma unidade para outra da federação, conforme necessidades decorrentes da gestão de patrimônio.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração e Logística Policial	Jorge Cley de Oliveira Rosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Possuir capacidade técnica e operacional para executar as atividades de transporte rodoviário de bens (móveis, objetos em geral, pertences pessoais, veículos, etc), com abrangência nacional e origem e destinos para qualquer localidade dentro do território nacional.

4.2. Observar as diretrizes do Decreto nº 4.004, de 08/11/2001, bem como, demais normas correlatas aplicáveis ao objeto.

4.3. Observar as diretrizes para as questões de sustentabilidade ambiental fixadas no Edital da licitação, bem como, as registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

4.4. Declaração de pleno conhecimento das condições definidas para prestação dos serviços.

4.5. Possuir regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública.

4.6. Atender a contratação com duração inicial de 12 meses, podendo haver prorrogações sucessivas, conforme legislação aplicável.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando as pesquisas realizadas para análise do mercado, a solução apontada é a contratação de empresa especializada para realização do transporte terrestre de cargas no interesse da SR/PF/AL.

5.2. A SR/PF/AL não dispõe de pessoal, materiais, veículos específicos (caminhões), pessoal e capacidade técnica para realizar de forma direta o transporte rodoviário de bens no interesse da Administração.

5.3. A contratação direta dos serviços para cada eventual demanda, além de gerar custos desnecessários com várias licitações e gestão dos contratos, poderá encontrar impedimento legal, considerando eventual fracionamento de despesas, bem como, não atender eventual necessidade urgente da Administração.

5.4. A movimentação de bens, seja para atender necessidades de logística de materiais ou mesmo para atender remoções de servidores ocorre com frequência, considerando o tamanho do órgão e a atuação em todo território nacional, ensejando a classificação do objeto como serviço continuado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Realizar o transporte de bens de interesse da Administração, do local de origem até o local de destino indicado, conforme Ordem de Requisição de Serviço de Transporte expedida pelo Fiscal do Contrato, em caminhão fechado, tipo contêiner ou baú, devidamente registrado na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e obedecendo os normativos vigentes, inerentes à atividade contratada, em perfeitas condições de funcionamento, em perfeita ordem, nos prazos estabelecidos no Termo de Referência da licitação.

6.2 Realizar os serviços de transporte rodoviário, desmobilização, embalagem, identificação e carregamento na origem, de utensílios domésticos, móveis do tipo mesas, cadeiras, armários, estantes, gaveteiros, estações de trabalho, sofás, arquivos e aço, cadeiras, equipamentos eletroeletrônicos, material de informática, aparelhos telefônicos, condicionadores de ar, microcomputadores, materiais de informática e escritório, livros, eletrodomésticos e utensílios de copa/cozinha e demais bens patrimoniais, pertencentes ou no interesse da Polícia Federal em Alagoas, além de artigos finos como louças e vasos de cristais, bem como a descarga, montagem e organização no destino.

6.2.1 Não serão objeto de transporte: dinheiro, joias, relógios, armas de fogo, munições, seres vivos, plantas, pedras preciosas, obras de arte ou artigos enquadrados como tal categoria, títulos de crédito ao portador e documentos sigilosos e processos (documentos) para os quais não seja possível a realização de seguro.

6.3 Relacionar os materiais a serem transportados como número de patrimônio/ identificação, localização e valor contábil ou estimado.

6.4 Realizar os serviços por meio de mão de obra especializada, devidamente uniformizada, com roupas limpas e adequadas para a prestação dos serviços, para executar e coordenar o processo de mudança, além de identificadas por meio de crachás.

6.5 Contratada deverá indicar, por escrito, o preposto da empresa que atuará como responsável técnico, e que será o elo entre a Contratante e a Contratada.

6.6 Verificar as condições de manutenção e segurança dos veículos disponibilizados para transportes de bens, com a verificação os prazos de validade da documentação para transporte de cargas e do licenciamento para trafegar.

6.7 Apresentar apólice de seguro obrigatório de transporte nacional rodoviário de carga.

6.8 Realizar o inventário dos bens acompanhado por servidor do órgão contratante.

6.9 Providenciar embalagem individualizada e adequada de proteção para acondicionamento dos bens a serem transportados.

6.10 Realizar o transporte de bens de porta a porta, nos prazos fixados no Termo de Referência da licitação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Histórico de transportes realizados nos três últimos exercícios:

Ano	Quantidade
2021	8
2020	6
2019	7

7.2. As quantidades para contratação do objeto em estudo são definidas por estimativa, com base na série histórica de remoções. Estima-se para o exercício de 2022 e seguintes a possibilidade de até 11 (onze) serviços de transportes, sendo 7 (sete) com base na média histórica e 6 (seis) o acréscimo de serviços, a título de margem de segurança, bem como, para formação de valor para o contrato.

7.2.1 Importante destacar que se trata de contratação pelo valor global e que eventual necessidade de serviços acima da quantidade estimada por faixa, deve ser atendido pela contratação, respeitando os limites da avença e os preços fixados em cada faixa.

7.3. Conforme art. 4º do Decreto nº 4.004/2001, "no transporte de mobiliário e bagagem, será observado o limite máximo de doze metros cúbicos por passagem inteira, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos por passagem adicional, até três passagens. Portanto, estima-se que seja transportado até 33 metros cúbicos de bens em cada serviço.

7.4. A unidade de medida adotada historicamente é o preço do metro cúbico por quilometro rodado em transporte rodoviário. Desta forma, paga-se as quantidades transportadas em razão da distância efetivamente percorrida. Baseado no histórico da unidade, estima-se as seguintes quantidades de unidades de medidas por faixas de quilometragem a serem, eventualmente, percorridas no transporte de bens:

Itens a licitar	Quantidade Máxima de metros cúbicos por transporte	Quantidades Estimadas de Transportes por Faixa	Limite Máximo de Distância por Faixa	Quantidades (m ³ x Qt x Km)
Transporte entre cidades distintas - até 300 km	33	1	300	9900
Transporte entre cidades distintas - de 301 km até 1.300 km	33	3	1300	128700
Transporte entre cidades distintas - de 1.301 km até 2.300 km	33	5	2300	379500
Transporte entre cidades distintas - de 2.301 km até 3.300 km	33	2	3300	217800
Transporte entre cidades distintas - destinos acima de 3.301 km	33	1	5703	188199

* Observação: No quinto trecho foi utilizado a distância de 5703 km, que é referente à maior distância rodoviária entre duas unidades da PF (Maceió/AL e Pacaraima/RR), partindo do Estado de Alagoas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 172.075,86

8.1. Considerando os valores unitários por tipo de trecho apurados no Mapa Comparativo (SEI 21877919) e as quantidades estimadas no item anterior do presente estudo, estima-se os seguintes valores para contratação:

Item	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Estimado por item
1 - Transporte entre cidades distintas - até 300 km	9900	R\$ 0,47	R\$ 4.653,00
2 - Transporte entre cidades distintas - de 301 km até 1.300 km	128700	R\$ 0,24	R\$ 30.888,00
3 - Transporte entre cidades distintas - de 1.301 km até 2.300 km	379500	R\$ 0,21	R\$ 79.695,00
4 - Transporte entre cidades distintas - de 2.301 km até 3.300 km	217800	R\$ 0,14	R\$ 30.492,00
5 - Transporte entre cidades distintas - destinos acima de 3.301 km	188199	R\$ 0,14	R\$ 26.347,86
Total estimado para contratação			R\$ 172.075,86

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. O agrupamento dos itens que complementam o objeto de interesse da SR/PF/AL visa à obtenção de padronização na execução dos serviços, uma vez que são destinados a realização de um objeto final único, qual seja, o transporte de bens móveis. Portanto, o agrupamento dos itens que compõem o objeto se mostra tecnicamente viável.

9.3. O gerenciamento integrado dos itens que compõem o objeto garante ao contratante celeridade, harmonia para revisão dos atos e, principalmente, reduz gastos com a gerência de vários contratos para uma mesma finalidade, portanto e neste caso, também se mostra economicamente viável licitar os itens em um único lote/grupo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Nenhuma contratação correlata e/ou interdependente relacionável ao processo em estudo foi identificada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação em estudo encontra-se nas ações estratégicas, mais especificamente no item 2.5.2 do Anexo IV, da Resolução nº 05-CGPF/PF, de 12/08/2021, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2014/2022 e o Mapa Estratégico da Polícia federal 2021/2023, conforme a seguir transcrito:

...

Anexo IV

...

2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos

...

2.5.2 Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações

Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

11.2. O objeto em questão está indicado no Plano Geral de Contratações da SR/PF/AL para 2022, conforme registros transcritos abaixo:

UASG	Nº do ITEM	TIPO	CATSERV	DESCRIÇÃO
200358	111	Serviços Continuados	3220	TRANSPORTE DE MUDANCA - INTERESTADUAL

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

10.1. Atendimento das normas que tratam da remoção de servidores, em especial ao Decreto 4.004/2001.

12.2. Suprir as demandas de logística de materiais diversos de interesse do órgão, proporcionando melhoria da gestão de materiais e do emprego dos bens públicos.

12.3. Atendimento rápido, com qualidade e preço justo das demandas de movimentação de bens de interesse do órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Realizar certame licitatório para escolha da proposta mais vantajosa para Administração e que atenda as diretrizes do presente Estudo Preliminar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Geração de resíduos sólidos resultantes das embalagens dos materiais e equipamentos utilizados na prestação dos serviços.

14.2. Geração de gases poluentes pelos veículos utilizados no transporte de cargas.

14.3. Para minimizar os impactos previstos, deverá a Contratada:

14.3.1. A adotar e praticar as diretrizes para sustentabilidade ambiental nos termos da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, no que for aplicável;

14.3.2. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

14.3.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

14.3.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.3.2.3. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios /poluição, principalmente redução do desperdício de água, redução do consumo de energia elétrica, e destinação adequada de resíduos sólidos e baterias; e

14.3.2.4. Os materiais e embalagens empregados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

14.3.2.5. Os materiais deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14.3.2.5.1. Além disso, os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.4. O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da Contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, em face dos resultados esperados, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante tem condições prioritizar a realização de todos elementos aqui relacionados, necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16. Responsáveis

Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação (SEI n. 21883031).

ALLANE EMYLLE TRIBUTINO LIMA

Agente Administrativo / Integrante Técnico e Responsável pela Fiscalização

Lici. Instituição de Equipe de Planej. Contratação (SEI n. 21883031).

FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA

Administrador / Integrante Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_PF - 21999983 - Lici. Mapa Comparativo de Preços.pdf (239.8 KB)
- Anexo II - SEI_PF - 22013525 - Despacho - Aprova ETP.pdf (153.5 KB)

**Anexo I - SEI_PF - 21999983 - Lici. Mapa Comparativo
de Preços.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Processo: 08230.000527/2022-56

Objeto: **Contratação dos serviços de transporte de mobiliário e outras cargas.**

1. Trata-se de análise do mercado para fins de elaboração dos valores de referenciais dos serviços de transporte de mobiliário, conforme proposto na Formalização da Demanda (documento 21877919).
2. A pesquisa foi elaborada seguindo as diretrizes da IN nº 73/2020 - SEGES/ME.
3. Para ampliar o universo da pesquisa (licitações realizadas a no máximo 180 dias), foi utilizada a ferramenta "Banco de Preços", em complementação dos dados apresentados na pesquisa realizada no Sistema Pannel de Preços. As pesquisas foram realizadas pelo código do CATSERV 3220 (Transporte de Mudança - Interestadual).
4. Para definição dos valores referenciais foi utilizada a média como medida de tendência e para exclusão dos valores inexequíveis ou excessivamente elevados definiu-se: i) o desvio padrão da primeira média apurada para cada item; ii) os limites mínimos e máximos com aplicação do desvio padrão; e iii) exclusão dos valores extremos, ou seja, abaixo do limite mínimo e acima do limite máximo, para definição do valor médio final, conforme disciplina a Portaria nº 449 - SE/MJSP. O resultado resta consignado no mapa comparativo abaixo.

Item	Descrição	PE 342021 UASG 120039	PE 762021 UASG 160194	PE 012022 UASG 120631	PE 832021 UASG 120636	PE 772021 UASG 120064	PE 902021 UASG 120625	PE182021 UASG 120638	PE 32021 UASG 160194	Média	Desvio Padrão	Limite Mínimo	Limite Máximo	Preço Médio
1	Transporte até 300 km	0,28	0,78	0,26	0,85	0,55	0,34	0,32	0,78	0,52	0,25	0,27	0,77	R\$ 0,47
2	Transporte de 301 km até 1.300 km	0,29	0,20	0,20	0,30	0,35	0,21	0,18	0,20	0,24	0,06	0,18	0,30	R\$ 0,24
3	Transporte de 1.301 km até 2.300 km	0,23	0,30	0,16	0,30	0,18	0,18	0,15	0,30	0,23	0,07	0,16	0,29	R\$ 0,21
4	Transporte de 2.301 km até 3.300 km	0,13	0,15	0,12	0,29	0,16	0,16	0,14	0,15	0,16	0,05	0,11	0,22	R\$ 0,14
5	Transportes acima de 3.301 km	0,13	0,10	0,11	0,20	0,16	0,14	0,14	0,15	0,14	0,03	0,11	0,17	R\$ 0,14

5. Os extratos das pesquisas realizadas seguem no arquivo SEI 22000013.

Maceió/AL, 07 de fevereiro de 2022.

Allane Emylle Tributino Lima
Agente Administrativo
Integrante Técnico e Responsável pela Fiscalização

Fernando Ferraz Fernandes de Oliveira
Administrador
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **ALLANE EMYLLE TRIBUTINO LIMA**, Fiscal de Contrato, em 07/02/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA**, Administrador(a), em 07/02/2022, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21999983** e o código CRC **6A4FC96A**.

**Anexo II - SEI_PF - 22013525 - Despacho - Aprova ETP.
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALGOAS

Assunto: **Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares.**

Destino: **SR/PF/AL**

Processo: **08230.000527/2022-56**

Interessado: **SR/PF/AL**

1. Em atenção à designação consignada no documento de instituição da Equipe de Planejamento (doc. SEI 21883031) e considerando a conclusão da primeira versão dos Estudos Técnicos Preliminares, que visam dar suporte ao planejamento da contratação para os serviços de transporte de cargas/mobiliário de interesse e necessidade da SR/PF/AL, conforme tratado no Processo SEI em referência, encaminhamos os Estudos produzidos para ciência e aprovação, nos termos do art. 14, II, do Decreto nº 10.024/19.

Respeitosamente,

JORGE CLEY D EOLIVEIRA ROSA

Perito Criminal Federal / Responsável pela Demanda

ALLANE EMYLLE TRIBUTINO LIMA

Agente Administrativo / Integrante Técnico e Fiscal da Contratação

FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA

Administrador / Integrante Administrativo

DESPACHO - SR/PF/AL

1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar (doc. 22002189), nas condições e quantidades definidas, por caracterizar as necessidades, descrever os requisitos, alternativas, escolhas, avaliação de custos, resultados pretendidos e demais informações necessárias à contratação de serviços de interesse da SR/PF/AL, no caso, transporte rodoviário de mobiliário/cargas.

2. Restituo ao SELOG para prosseguimento da instrução processual, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e atualizações.

SANDRO LUIZ DO VALLE PEREIRA

Delegado de Polícia Federal

Ordenador de Despesas - em exercício



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA, Administrador(a)**, em 08/02/2022, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE CLEY DE OLIVEIRA ROSA, Perito(a) Criminal Federal**, em 08/02/2022, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALLANE EMYLLE TRIBUTINO LIMA, Fiscal de Contrato**, em 08/02/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO LUIZ DO VALLE PEREIRA, Superintendente Regional**, em 08/02/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22013525** e o código CRC **46C430C8**.